

ARMAS, PODER E POLÍTICA

Relatório de
pesquisa

Extractivos e
Violência contra
as Mulheres em
Moçambique



Historial do Poder das Armas e da Política

A WoMin e os seus parceiros – o Centro de Governação dos Recursos Naturais (CNRG) no Zimbabué, a Justiça Ambiental (JA!) em Moçambique, e a Rede Movimento para a Justiça e Desenvolvimento (NMJD) na Serra Leoa - realizaram conjuntamente esta pesquisa de economia política feminista em 2018 para informar a formação de redes nacionais, apoiar a organização das mulheres, a intervenção no trauma e os esforços na justiça, abordando a intersecção entre o Extractivismo, a Militarização, a Securitização e a Violência contra as mulheres. Como coordenadora geral, a WoMin não possuía capacidade interna para gerir a pesquisa até à conclusão, daí o atraso na conclusão da mesma. Quando designada a pesquisa, a WoMin e os seus parceiros deixaram claro que se baseariam em análises académicas formais, relatórios de pesquisa e relatórios escritos por organizações não-governamentais (ONGs) e entrevistas com as pessoas-chave que trabalham em ONGs ou organizações comunitárias líderes, mas que não faria nenhum trabalho de campo primário a envolver mulheres afectadas ou potencialmente afectadas. Adoptámos esta posição por várias razões: (a) as mulheres que sofreram violência perpetrada pela segurança privada e pelos militares raramente falaram sobre essa experiência e, portanto, há um profundo trauma não tratado; e (b) o terreno do trabalho é extremamente arriscado e, portanto, é necessário um processo cuidadoso para permitir que as mulheres reflectam sobre os riscos e as consequências de falar sobre a violência. Um processo de pesquisa extractivista provavelmente causaria mais traumas e danos às mulheres que elegemos para servir como uma aliança. Os pesquisadores, à excepção de um, respeitaram este limite. A pesquisa foi realizada no Zimbábue, na Serra Leoa e em Moçambique, e adverte um documento de síntese conceptual que tira conclusões-chave da pesquisa e constrói conceitos e ideias críticos sobre a relação entre o extractivismo, a securitização, a militarização e a violência contra as mulheres. A pesquisa foi traduzida num recurso activista comunitário como uma ferramenta de informação e consciencialização em cada um dos três países.



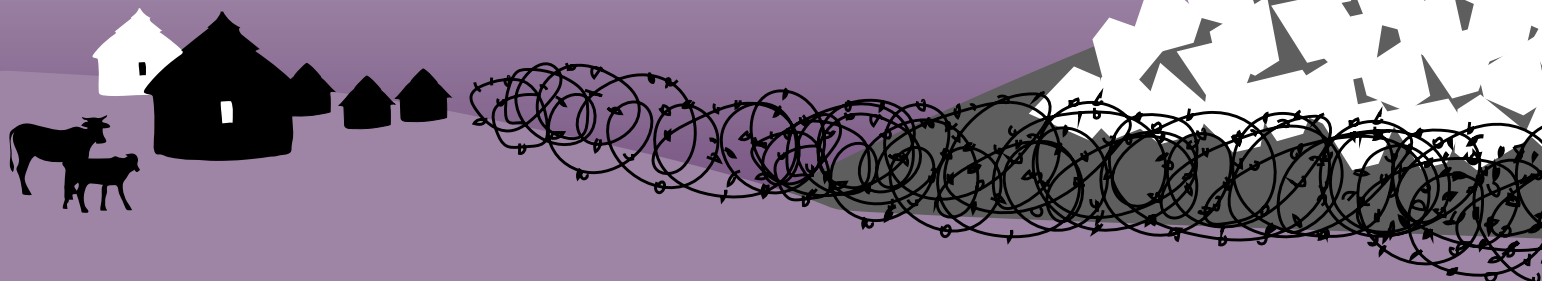
WoMin
AFRICAN WOMEN UNITE AGAINST
DESTRUCTIVE RESOURCE EXTRACTION



Este relatório baseia-se na investigação comissionada pelo Centro de Governação dos Recursos Naturais (CNRG) e pela Aliança Africana da WoMin, no último trimestre de 2017.

ÍNDICE

1. Introdução	4
2: Desenvolvimento do Sector Extractivo	7
3: Economia Política do Sector Extractivo de Moçambique: Dívida e Corrupção	15
4: O Estado em Relação ao Povo	21
5: Militarização e Securitização: Impactos nas Comunidades e nas Mulheres	21
6: Observações finais	25
Bibliografia	26



1. INTRODUÇÃO

A militarização, amplamente entendida como o uso deliberado, continuado e organizado da força física e de outras táticas militares para fazer cumprir as políticas do estado, é uma preocupação essencial para os estudiosos e activistas feministas.

Em muitos contextos em que o extractivismo invade os direitos e a autonomia das mulheres, os estados e as empresas, agindo de forma independente ou em coordenação entre si, irão utilizar empresas de segurança privadas, a polícia e / ou militares, para ameaçar, disciplinar, criminalizar e controlar as mulheres e outros grupos marginalizados que resistem a políticas predatórias ou desafiam a impunidade corporativa.¹

O termo “extractivismo” refere-se à exploração intensiva em larga escala de recursos naturais para exportação para o mercado global e para o benefício de empresas e da elite a nível nacional ou global. O extractivismo surge da separação entre os seres humanos e a natureza, o que reduz a natureza a matérias-primas com vista à produção orientada para o mercado. A noção de extractivismo também se refere de forma importante às condições em que esses recursos são extraídos e a cujos interesses eles servem, falando de um modelo de desenvolvimento dominante e altamente desigual que “organiza – com base na exploração e comercialização de recursos para exportação – as relações políticas, socioeconómicas e culturais dentro do respectivo país ou região: estruturas económicas e de classe, relações de género, estado e discurso público.”²

Os activistas feministas argumentam que existe

uma relação intrínseca entre o modelo capitalista de desenvolvimento baseado em extractivos e a militarização dos territórios ocupados e a violência contra as mulheres.³ Assim, entender a natureza da militarização extractivista e os seus impactos concretos na vida das mulheres é um passo importante não apenas na luta pela justiça de género, mas também no aprofundamento da resistência ao capitalismo, como modelo de acumulação baseado na violência, na desvalorização dos corpos e natureza das mulheres, e a erradicação das formas de vida que não estão alinhadas com o lucro.

Este documento examina a literatura sobre os efeitos sociopolíticos da expansão do sector da mineração em Moçambique, prestando especial atenção à natureza da militarização e securitização das actividades de mineração e como isso pode afectar as relações de poder entre as empresas de mineração, o estado de Moçambique e as mulheres nas comunidades afectadas pela mineração.

Embora os amplos impactos sociais, económicos e ambientais da expansão extractiva em Moçambique tenham sido bem documentados⁴, e algumas pesquisas estejam disponíveis sobre os impactos de género do extractivismo nas comunidades afectadas pela mineração⁵, há uma lacuna substancial

¹ Association of Women in Development (AWID). 2012. Interview with Mavic Cabrera-Balleza, acedido a 17 de Agosto de 2018 em <https://www.awid.org/news-and-analysis/militarism-violence-and-conflict-how-women-bear-brunt-war>

² Ulrich Brand, Austria & Germany: Energy policy and resource extractivism: resistances and alternatives, RLF reader for WSF, Tunis

³ Ver Mies, Maria, and Vandana Shiva. Ecofeminism. Zed Books, 1993

⁴ Exemplo: várias publicações da Justiça Ambiental

⁵ Ver Osório, Conceição & Teresa Cruz e Silva, 2017. Corporações Económicas e Expropriação: Raparigas, Mulheres e Comunidades Reassentadas no Distrito de Moatize.

na literatura sobre como a securitização e a militarização em torno dos interesses da mineração corporativa impacta as comunidades afectadas pela mineração e as mulheres em particular.

Este documento explora os impactos nas comunidades quando os aparelhos de segurança pública e privada são instalados para proteger os interesses da mineração. Tipicamente, as comunidades passam por excesso de policiamento, vigilância, invasão de domicílios, procuras sistemáticas e arbitrárias, além de restrições à livre circulação e reuniões colectivas entre as comunidades e as “pessoas de fora”. Adicionalmente, as mulheres nessas comunidades enfrentam violência sexual.

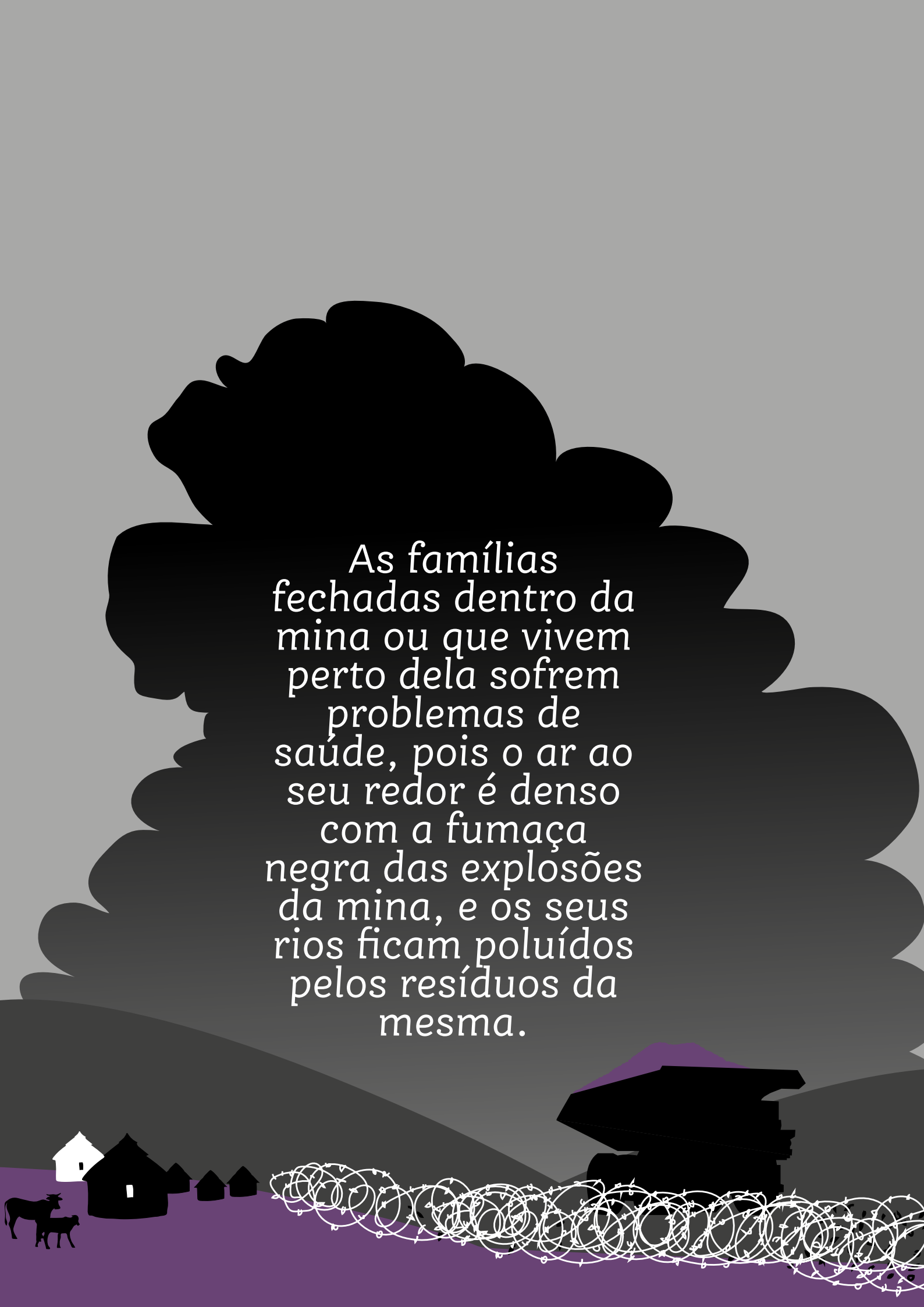
A natureza sensível dessas questões, o medo das comunidades de represálias e o medo particular das mulheres de risco limitam as informações existentes disponíveis e dificultam os esforços para obter informações por meio de entrevistas. Com base na pesquisa disponível, nas entrevistas com membros de organizações da sociedade civil Moçambicana⁶, e nas observações de visitas a três comunidades afectadas pela mineração na Província de Tete⁷, este documento tenta abrir uma discussão importante. Revela algumas pistas sobre as experiências de militarização e securitização das mulheres que valem a pena investigar mais.

O documento está organizado da seguinte forma. A secção 2 fornece uma visão geral do

desenvolvimento do extractivismo mineral em Moçambique, analisando a mudança da importância do sector e as mudanças na ideologia de desenvolvimento do estado, conforme reflectido nas leis e políticas nacionais. A secção 3 analisa a economia política do extractivismo no contexto Moçambicano. A secção 4 destaca a dinâmica da mudança de poder entre o estado, as empresas privadas e as comunidades afectadas pela mineração. A secção 5 fornece insights sobre algumas das formas pelas quais a militarização da mineração impactou as comunidades, e as mulheres em particular. Finalmente, a secção 6 conclui e propõe caminhos para pesquisas futuras.

⁶ As entrevistas foram conduzidas entre Junho e Agosto de 2018

⁷ Embora essas visitas tenham ajudado as ideias do pesquisador, devido aos procedimentos éticos internos da WoMin, a localização de comunidades específicas ou informações partilhadas pelos membros das comunidades não pôde ser usada para os fins desta pesquisa.



As famílias
fechadas dentro da
mina ou que vivem
perto dela sofrem
problemas de
saúde, pois o ar ao
seu redor é denso
com a fumaça
negra das explosões
da mina, e os seus
rios ficam poluídos
pelos resíduos da
mesma.

1. DESENVOLVIMENTO DO SECTOR EXTRACTIVO

A história do sector extractivo em Moçambique remonta ao período colonial, quando os colonizadores Portugueses acumularam riqueza através da exploração dos recursos naturais do país e do trabalho do povo Moçambicano.

Na década de 1940, o carvão era um importante contribuinte da economia colonial,⁸ entre as décadas de 1950 e 1960 estavam a ser extraídas abundantes reservas de gás natural e a mineração de alumínio estava a ocorrer em pequena escala.⁹

Em 1975, Moçambique tornou-se independente e, sob o governo socialista pós-colonial de Samora Machel, houve uma breve ruptura com a agenda extractivista colonial. A agricultura tornou-se o foco da política económica socialista num modelo de desenvolvimento baseado na agricultura, enquanto a mineração, particularmente de carvão e alumínio, permaneceu limitada em escala e natureza. A CARBOMOC, de propriedade estatal, foi a principal empresa de extracção de carvão no país e, uma vez que as suas actividades foram realizadas no subsolo,¹⁰ reduziu o impacto ambiental no dia-a-dia das pessoas.

No final da década de 1970, o governo Moçambicano mudou significativamente do socialismo, para uma economia de mercado com foco neoliberal. Os programas de ajuste estrutural foram iniciados de acordo com as imposições do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Atrair investimento directo estrangeiro por meio da desregulamentação, da eliminação de barreiras ao livre comércio e da privatização de recursos naturais públicos (terra, água, florestas) tornou-se o ênfase da política económica do governo.

Quando grandes depósitos de carvão, potencialmente o maior fornecedor de carvão do mundo, foram descobertos em Moçambique no início dos anos 2000 – o governo começou a promover o extractivismo e a mineração em

⁸ Tivane, Nelson. Undated. Ibid.

⁹ Castel-Branco, Carlos Nuno, 2010. "Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique". *Cadernos IESE* no 01/2010. Acedido a 17 de Agosto de 2018, http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf

¹⁰ Castel-Branco, Carlos Nuno, 2010. Ibid.

1. DESENVOLVIMENTO DO SECTOR EXTRACTIVO

particular, oferecendo as maiores possibilidades de crescimento económico, desenvolvimento e redução da pobreza.

Em 2000, ano que se tornou um ponto de viragem na experiência extractivista Moçambicana, o governo Moçambicano concedeu à Sasol, a gigante Sul-Africana de petróleo e gás, a primeira concessão para a extracção de gás natural na Província costeira de Inhambane. Nos 18 anos que se seguiram a esta concessão, Moçambique teve um crescimento exponencial no número de projectos que extraem uma ampla gama de minerais, incluindo carvão, areias minerais, ouro, rubis, entre outros.

Entre 2004 e 2012, o governo negociou concessões minerais com muitas grandes empresas multinacionais de mineração. Em 2007, a Vale, de propriedade Brasileira, começou a operar a primeira mina de carvão de propriedade local privada em Moatize.¹¹ Pouco tempo depois, a Riversdale (Austrália), a Rio Tinto (Grã-Bretanha-Austrália), a International Coal Ventures Private Limited (ICVL - Índia), a Jindal Africa (Índia), entre outras, receberam permissão para extrair carvão em diferentes partes da Província de Tete¹². Além disso, em 2007, a Kenmare, de propriedade Irlandesa, recebeu uma concessão para a extracção de areias minerais em Moma, na Província de Nampula¹³. Em 2011, a Montepuez Ruby Mining, de propriedade Britânica, recebeu uma concessão para minerar os rubis mais valiosos do mundo em Nyamanhunbir, na Província de Cabo Delgado, em 2011.

O Registo Nacional de Mineração, que fornece uma conta geográfica dos interesses de mineração no país, observou em Agosto de 2018 que cerca de

metade da área terrestre de Moçambique tinha sido destinada a actividades extractivas, com a maior parte das concessões e licenças de prospecção agrupadas nas partes norte e centro do país¹⁴.

Isso não surpreende, dado que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (END) de Moçambique para 2015-2030, inspirada na Agenda 2025 da União Africana, prioriza a industrialização como um meio para alcançar o crescimento económico e o desenvolvimento de base ampla. Juntamente com a fabricação, transporte e comunicações, água, energia e construção, o sector extractivo e, particularmente, a mineração de carvão em Moatize (Tete), a extracção de gás natural, areias minerais e pedras preciosas noutras províncias deverá contribuir significativamente para o crescimento económico.

O governo fez investimentos substanciais a apoiar o sector extractivo. A infraestrutura de suporte à mineração representou 1,3% do gasto total em 2018. Além disso, leis e políticas foram revistas para atrair e regular o investimento estrangeiro no sector. O Parlamento Moçambicano aprovou a primeira Lei de Mineração do país em 2002. No entanto, uma nova Lei de Mineração foi promulgada em 2014, resultante do rápido crescimento do sector, de rápidas mudanças na economia e da pressão de grupos da sociedade civil em relação às condições e impactos nas comunidades de acolhimento.

Existem muitas formas pelas quais a lei de 2014 se compara favoravelmente com a sua antecessora. Ela faz provisões para o conteúdo local na contratação e aquisição, e para maior transparência no acesso aos contratos de mineração. Mais importante ainda, a lei de 2014 estabelece disposições para

11 Deutsche Welle (DW), 2013. "More coal for all in Mozambique?" Acedido a 17 de Agosto de 2018, em <https://www.dw.com/en/more-coal-for-all-in-mozambique/a-16430269>

12 DW, 2013. *Ibid.*


13 Entrevista 1, Junho de 2018.

14 EITI, 2018. Mozambican Mining Cadastre. Acedido a 13 de Agosto de 2018. Disponível em: <http://portals.flexicadastre.com/mozambique/en/>

o envolvimento das comunidades afectadas pela mineração nas negociações dos direitos das empresas de usar as suas terras (DUAT) e na definição dos termos de compensação nos casos de realocação ou expropriação. A Lei também estipula a exigência de que uma parte dos royalties, posteriormente fixada a 2,5% da produção gerada pela mina, é canalizada para hospedar as comunidades para o seu desenvolvimento. Este é um passo para proteger os interesses das comunidades afectadas pela mineração.

No entanto, como os críticos apontaram, a nova lei de mineração não se aplica retroactivamente e, portanto, não se aplica aos principais projectos de mineração aprovados antes de 2014. Além disso, em termos das disposições fiscais, a Nova Lei de Mineração mantém ou até reduz os pagamentos de royalties em comparação com a lei anterior.

O governo justificou esses níveis de royalties conforme necessário para garantir que as empresas de mineração não são desencorajadas a investir no país. No entanto, isso prejudica as comunidades afectadas pela mineração. Os royalties mais baixos significam um conjunto menor de recursos estatais para investir nas muito necessárias infra-estruturas públicas, educação e saúde. Isso mostra a clara tendência do governo em proteger os interesses das empresas de mineração às custas do desenvolvimento do país e das comunidades afectadas pela mineração. Em relação aos 2,5% alocados às comunidades afectadas pela mineração, os fundos continuam a ser pagos ao distrito central, de modo a que, em muitos casos, os fundos não chegam às comunidades realmente afectadas.



A impunidade é
predominante no
sector extractivo.
Além da corrupção,
a evasão e a fraude
fiscal também são
preocupações reais.

2. ECONOMIA POLÍTICA DO SECTOR EXTRACTIVO DE MOÇAMBIQUE: DÍVIDA E CORRUPÇÃO

O rápido crescimento do sector extractivo em Moçambique resultou numa profunda reestruturação da economia para que haja uma dependência excessiva do sector extractivo como fonte de receita do governo.

Em 2006, a extracção de minerais e gás representava 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB), mas em 2016 essa participação tinha aumentado para 3,5%.¹⁵ Até 2016, a mineração e outras formas de exploração de recursos naturais contribuíram com 30% das exportações e 20,6% da receita do governo.¹⁶ Entre 2005 e 2010, a dívida pública Moçambicana atingiu em média 50% do PIB¹⁷ mas em 2011 o stock da dívida estava num nível recorde de 37% do PIB.¹⁸

O optimismo generalizado criado pelos altos retornos esperados da mineração levou a uma rápida expansão do orçamento nacional e o país observou défices recorrentes financiados pela negociação de empréstimos internos e externos apoiados pelo governo. As descobertas de gás natural ao longo da costa aumentaram a confiança na capacidade do governo de pagar dívidas e levaram a um novo aumento nos contratos de empréstimo. Isso também abriu caminho para a corrupção e a erosão da integridade das instituições estatais.

Entre os novos acordos de empréstimo negociados, estava o agora infame grande empréstimo garantido pelo governo feito a três empresas de segurança marítima de dois bancos estrangeiros (o Credite Suisse e o VTB Capital) supostamente com o objectivo de obter equipamentos navais e uma frota de pesca. Essas três empresas de segurança marítima foram criadas pelo Serviço de Inteligência e Segurança do Estado (SISE). O processo de negociação para os empréstimos ultrapassou todos os requisitos legais e os seus valores permaneceram desconhecidos para o público em geral. As

¹⁵ Bihale, Domingos. 2018. *Indústria Extractiva em Moçambique: Perspectivas para o Desenvolvimento do País*.

¹⁶ <https://eiti.org/mozambique>

¹⁷ Cálculos do autor. Fonte de dados: IESE 2017, *Ideias*, Boletim No 86e Acedido: 8 de Novembro de 2018 <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/parte-i-divida-publica.pdf>

¹⁸ Fonte de dados: IESE 2017, *Ideias*, Boletim No 86e Acedido: 8 de Novembro de 2018 <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/parte-i-divida-publica.pdf>

negociações sobre empréstimos ultrapassaram o parlamento e não seguiram o sistema de compras legais de defesa. A fraude foi divulgada quando as empresas de segurança não conseguiram pagar os empréstimos.

Após a queda nos preços globais das commodities em 2015, o governo Moçambicano começou a negociar novos empréstimos com o FMI. Como parte da intervenção, o FMI solicitou a divulgação da dívida existente. Somente nesta fase emergiu que o valor real da dívida era maior do que o reconhecido nos números oficiais. Em Abril de 2016, o FMI anunciou que o valor real da dívida oculta de Moçambique estava bem acima de 1 bilião de dólares, dos quais 500 milhões de dólares foram originados no empréstimo do Credit Suisse e do VTB para as empresas do SISE que não podiam ser contabilizadas.¹⁹ Até ao final do ano, os níveis da dívida tinham atingido níveis insustentáveis bem acima do PIB.²⁰ Em 2017, o governo anunciou que seria incapaz de pagar os seus empréstimos, levando a uma crise que resultou na saída de doadores e credores internacionais.²¹

As organizações da sociedade civil Moçambicana e internacional levantam preocupações de há muito tempo sobre a legitimidade dos empréstimos concedidos às empresas do SISE, dados os valores exorbitantes dos contratos e o facto dos empréstimos serem destinados a usos militares questionáveis em oposição ao investimento em sectores sociais.

Entre 2000 e 2014, as despesas militares triplicaram, de 55 mil milhões de dólares em 2000 para 173 mil milhões de dólares em 2014. Enquanto as despesas no desarmamento da população e nas transferências para as famílias dos

militares constituíam uma parcela significativa desse montante, o investimento em novos armamentos, como os empréstimos feitos às empresas do SISE, também teve um papel importante.

No que é amplamente reconhecido como um esquema “ilegítimo, imoral e ilegal” que envolve altos funcionários do governo da FRELIMO,²² a crise da dívida de Moçambique e a rápida expansão relacionada e a dependência excessiva da indústria extractiva acentuaram parte dos desafios da governação. Os principais são a corrupção e a erosão da confiança nas instituições estatais que supostamente existem para proteger os interesses das pessoas.

O Centro de Integridade Pública (CIP) estimou o custo anual da corrupção em Moçambique entre 500 milhões de dólares e 4,9 mil milhões de dólares.²³ Em 2017, o Afrobarometer informou que 62% dos Moçambicanos percebem que alguns, a maioria ou todos os funcionários do governo são corruptos. Essas percepções são justificadas pois, ao longo dos anos, os media privados Moçambicanos e as organizações da sociedade civil expuseram vários casos de corrupção que envolvem figuras políticas de alto nível no governo. No entanto, os ataques de 2018 a dois jornalistas que criticaram a forma como o governo administra a crise da dívida confirmaram a tendência dos que estão no poder de processar violentamente aqueles que procuram combater a fraude e a impunidade.²⁴

Num estudo sobre a corrupção no sector extractivo, o CIP mostrou que a centralização de concessões e licenças no Ministério de Recursos Minerais e Energia, bem como o poder discricionário concedido aos funcionários do cadastro mineiro, criam incentivos perversos, pois

19 *Africa Confidential*, 2018. *Mozambique: Secret security debts devastate economy*. Acedido a 8 de Novembro de 2018, <https://www.africa-confidential.com/article/id/11658/Secret-security-debts-devastate-economy>

20 *Ibid.*

21 *Ibid.*

22 *Grupo Moçambicano da Dívida*, 2016. http://www.divida.org.mz/images/MUTONDO/Relatorio_FIDP.pdf

23 *Aslak Orre & Helge Ronning*, 2016. *Mozambique: A Political Economy Analysis*. CMI

24 <https://cpj.org/2018/03/mozambique-journalist-abducted-assaulted.php>

os funcionários podem ser facilmente influenciados para acelerar a aprovação de processos ou ignorar os procedimentos legais em troca de ganhos privados.²⁵ Isso fica claro, por exemplo, no grande número de empresas de mineração das quais participam membros da elite política Moçambicana. Como observa o CIP, muitas dessas empresas não entram na produção, evidenciando uma falta prévia de capacidade financeira ou técnica para realizar as actividades, questões que foram ignoradas durante o estágio de aprovação da licença. Além disso, as autoridades de mineração mostram pouco interesse ou capacidade, ou ambas, no acompanhamento de casos de conflito de interesses que são relatados regularmente nos media ou por organizações da sociedade civil.

Como resultado, a impunidade é abundante no sector extractivo. Além da corrupção, a evasão e fraude fiscais também são preocupações reais. No caso da Montepuez Ruby Mining, de propriedade da empresa-mãe Gemstone, com sede no Reino Unido, o valor dos royalties pagos ao estado de Moçambique pela venda de rubis tem estado repetidamente abaixo dos valores esperados. Em 2014, por exemplo, o estado Moçambicano recebeu apenas 50% dos 7,8 milhões de dólares em royalties esperados da empresa.²⁶ Houve uma discrepância semelhante em 2015 e, em 2016, o valor ainda estava bem abaixo do exigido por lei. O CIP também afirma que, como o governo Moçambicano não possui um mecanismo adequado para verificar a qualidade das pedras preciosas extraídas, é possível que valham mais do que os relatórios da empresa. O escândalo dos Papéis do Panamá destacou que uma parcela substancial dos pagamentos de royalties ligados

à extracção de rubis nunca entra nos cofres do governo nem chega às comunidades de onde os rubis vêm, sendo desviados para uma rede de operações clandestinas protegida pelo sigilo de paraísos fiscais offshore.²⁷

O desenvolvimento do sector extractivo resultou não apenas numa reestruturação da economia mas, mais importante, numa reformulação do papel do Estado e da sua relação com os seus cidadãos. Nas últimas duas décadas, as empresas de mineração têm emergido como actores poderosos no ambiente económico e político, colaborando mas também competindo com as elites políticas no esforço de lucrar com os recursos naturais de Moçambique. Como afirma o economista Moçambicano Carlos Nuno Castel Branco, “a principal questão não é que o Estado cedeu às suas funções, mas que fez a sua missão de servir o desenvolvimento do capital”.²⁸

De facto, enquanto na independência o modelo de desenvolvimento económico estava preocupado principalmente com a oferta de desenvolvimento de base ampla através da agricultura e da prestação pública de serviços sociais, em consonância com as aspirações socialistas de Samora Machel, houve uma mudança acentuada em direcção ao modelo extractivista e altamente explorador do mau desenvolvimento.

25 CIP, 2018. Avaliação dos Riscos de Corrupção no Licenciamento Mineiro em Moçambique.

26 CIP Boletim, Edição No 42017. Exploração de Rubi pela Montepuez Ruby Mining: - Um Negócio Milionário com Fraco Contributo para Moçambique.

27 <https://clubofmozambique.com/news/panama-papers-africas-elite-are-plundering-their-countries/>

28 Público, 2017. Moçambique: terra de todos, terra de alguns. Acedido a 19 de Agosto de 2018 https://www.publico.pt/2018/08/19/mundo/reportagem/terra-de-todos-terra-de-alguns-1840612?utm_source=notifications&utm_medium=web&utm_campaign=1840612

Não apenas as
comunidades
perdem as suas
terras e os seus
principais meios de
subsistência, mas
também perdem o
acesso aos recursos
naturais, como à
água e às florestas.



3. O ESTADO EM RELAÇÃO AO POVO

As comunidades afectadas pela mineração sofrem o impacto do conluio entre o estado e as empresas de mineração.

As comunidades anfitriãs continuam atoladas na pobreza, carecendo até dos serviços mais básicos, como da assistência médica, da educação e do emprego, enquanto sofrem impactos sociais e ambientais adversos por terem minas à sua porta.

Na Província de Tete, as operações das empresas de mineração de carvão Vale e Rio Tinto resultaram em poluição do ar visível que coloca os membros das comunidades em risco, em realocação fracassada e falta de compensação para 1.900 famílias.²⁹

Em vários casos, e em muitos projectos de mineração, o governo concedeu direitos de uso e aproveitamento da terra, o DUAT³⁰, a empresas sem consulta prévia às comunidades. Isso enfraquece a capacidade das comunidades de negociar os termos de realocação e compensação, e muito menos exercer o direito de dizer não ao projecto de mineração. Na comunidade de Nyamanhubir, na Província de Cabo Delgado, por exemplo, quando a Montepuez Ruby Mining começou a negociar com a comunidade, já possuía DUAT, o que significa que a negociação era uma mera formalidade³¹.

Onde são realizadas negociações com as comunidades, dinâmicas desiguais de poder resultam em comunidades que frequentemente

aceitam ou são coagidas a aceitar compensações inadequadas. Como muitas comunidades abordadas pelas empresas de mineração enfrentam altos níveis de pobreza e subdesenvolvimento, elas acham atraentes as promessas feitas pelas empresas – de empregos e desenvolvimento de infraestrutura social. O estado, tanto ao nível central quanto local, legitima essas promessas, apresentando a mineração como a única possibilidade para o desenvolvimento das comunidades. As autoridades estatais dizem aos membros das comunidades que, se concederem às empresas o direito de usar a terra, elas eventualmente recuperarão os ganhos através de empregos, serviços públicos e, em geral, melhores padrões de vida. Uma análise rápida da realidade das comunidades afectadas pela mineração mostra que a maioria dessas promessas não é cumprida.

Não apenas as comunidades perdem as suas terras e os seus principais meios de subsistência, mas também perdem o acesso aos recursos naturais, como à água e às florestas. Muitas comunidades sofrem atrasos nos processos de realocação e compensação. À medida que a actividade de mineração ocorre, algumas famílias ficam fechadas dentro da mina ou vivem próximas à mina, e isso resulta em exposição a riscos para a saúde, agravados pela falta de assistência médica adequada. Fotografias da vila de Moatize, na Província de Tete, geralmente mostram o ar denso com fumaça negra resultante de explosões na mina de carvão da Jindal. Na comunidade de Nangonha, na Província de Nampula, a mineração de areia mineral da Hainyu Mining, de propriedade Chinesa, provocou inundações que deixaram cerca de 300 pessoas desalojadas após a destruição de

29 Osório, Conceição & Teresa Cruz e Silva, 2017. *Corporações Económicas e Expropriação: Raparigas, Mulheres e Comunidades Reassentadas no Distrito de Moatize.*

30 *Direito do Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) – direito de uso e posse em termos da lei da terra. Os Duats permitem que os seus titulares usem a terra para fins autorizados, estabelecidos na lei.*

31 Entrevista 2, Agosto de 2018.

48 casas e a destruição parcial de mais 173 casas.³²

As promessas de emprego feitas às comunidades afectadas pela mineração não são cumpridas em quase todos os casos. O emprego nas minas geralmente exige um nível de habilidade que muitos membros das comunidades não possuem. As empresas relutam em investir em capacitações de habilidades. Os poucos membros das comunidades que são contratados geralmente ocupam cargos pouco qualificados e fisicamente exigentes, bem como salários baixos.

Quando as empresas de mineração entram nas comunidades onde a mineração artesanal anteriormente era a principal fonte de subsistência, limitam as áreas onde os membros das comunidades podem minerar ou param completamente a mineração artesanal, afectando assim a capacidade de sobrevivência das comunidades. Esta é a experiência das comunidades que já tinham extraído rubis em Nyamayumbir e ouro em Namajuba (Província de Nampula).

Quando as comunidades são realocadas, como no caso das famílias movidas pela Vale e Rio Tinto, as suas condições nas novas áreas costumam ser piores do que nas suas casas anteriores. Frequentemente, as novas casas são de péssimo padrão, a terra é de baixa qualidade e não pode sustentar a agricultura, a infra-estrutura social é inadequada e os locais de realocação estão longe das principais vilas e cidades onde as oportunidades de emprego alternativas podem estar disponíveis. É o caso, por exemplo, das comunidades de Cateme e Malaudizi, localizadas a 40 e 44 quilómetros da Cidade de Tete, respectivamente.

Nos casos em que as comunidades relutam em permitir que as suas terras sejam usadas para a mineração, ou onde os seus interesses estão divididos, os membros das comunidades – geralmente os líderes tradicionais – conspiram com o governo e as empresas, e concordam com os projectos de mineração em nome das comunidades, sem consulta.

Essas experiências são partilhadas por comunidades afectadas por outros tipos de extractivismo, incluindo agronegócios, pesca comercial e exploração florestal. Um exemplo revelador é o dos pequenos agricultores ao longo do corredor de Nacala que foram removidos para acomodar os interesses das empresas “verdes” e do agronegócio.³³ Em 2016, cerca de 1,4 milhões de hectares na região foram ocupados por pelo menos 38 empresas diferentes, a maioria de propriedade estrangeira. Essas empresas discutem com as famílias de agricultores o direito à terra e o acesso a outros recursos.

Estudos de todo o continente Africano mostram que as mulheres sofrem desproporcionalmente os efeitos adversos da mineração.³⁴ Moçambique não é excepção. Conforme discutido, a maior parte dos projectos de mineração está concentrada nas partes norte e centro do país, principalmente nas províncias rurais, onde as comunidades dependem do acesso à terra, água e florestas para a sua subsistência e reprodução doméstica. Os níveis de educação formal permanecem baixos nessas províncias, com os níveis de educação das mulheres significativamente mais baixos que os dos homens. Estima-se que cerca de 72% das mulheres são analfabetas, em comparação com quase 43% dos homens³⁵, tornando mais possível que os

32 Amnistia Internacional, 2018. *As Nossas Vidas Não Valem Nada: O Custo Humano da Exploração Mineira Chinesa em Nangonha, Moçambique*.

33 Publico, 2017. *Moçambique: terra de todos, terra de alguns*. Acedido a 19 de Agosto de 2018 https://www.publico.pt/2018/08/19/mundo/reportagem/terra-de-todos-terra-de-alguns-1840612?utm_source=notifications&utm_medium=web&utm_campaign=1840612

34 Ver WoMin - <https://womin.org.za/womin-research.html>

35 Ministério de Género, Criança e Acção Social, 2016. *Perfil de Género de Moçambique*. Acedido a 19 de Agosto de 2018 https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/perfil_de_genero_de_mocambique.pdf

homens deixem essas áreas para procurar trabalho quando a mineração destrói as perspectivas de sobrevivência das famílias.

Muitos homens migram para outras áreas e até países, procurando oportunidades económicas. As mulheres estão ligadas não apenas pela educação e níveis de alfabetização, mas também pela divisão patriarcal do trabalho, que determina que cuidem de crianças, doentes e idosos. As mulheres são geralmente as únicas provedoras das famílias, voltando-se para a prestação de serviços de apoio mal pagos à economia da mineração, como cozinhar, limpar e lavar. Elas também podem administrar barracas, envolver-se em prostituição, e a terrível situação económica de muitas famílias pode levar ao casamento forçado de meninas.³⁶

Esses impactos são igualmente sentidos fortemente e podem ser mais agravados nas comunidades que foram realocadas pelas empresas de mineração. Embora a Lei de Mineração exija que as empresas forneçam casas apropriadas com as mesmas condições ou melhores, bem como assistência no desenvolvimento de actividades para garantir a segurança alimentar, as famílias são frequentemente transferidas para áreas que carecem até da infra-estrutura mais básica, onde é difícil ou impossível conduzir a agricultura de subsistência e longe das cidades onde há mais oportunidades de emprego. As mulheres e as meninas tornam-se particularmente vulneráveis nessas áreas, pois são as responsáveis pelo fornecimento de comida, água e madeira. Como as comunidades realocadas geralmente estão longe desses recursos, as mulheres e as meninas precisam de caminhar longas distâncias e estão expostas a muitos riscos, incluindo violação sexual. Relatórios das comunidades realocadas de Cateme e Malaudzi, observam que as mulheres têm dificuldade em fazer machambas³⁷ (campos)


levando à escassez de alimentos e fome. Há também relatos de meninas que saem da escola porque estão longe das comunidades e o risco de violação sexual é alto.³⁸



³⁶ Entrevista 3

³⁷ Nome Moçambicano para "pequenas propriedades"

³⁸ Entrevista 3



“Porque é que eles dizem que eu pedi?”

“Porque é que eles perguntam se eu o provoquei?”

“Porque é que eles me perguntam o que é que eu estava a vestir?”

“Porque é que eles me perguntam o que é que eu estava a fazer lá?”

4. MILITARIZAÇÃO E SECURITIZAÇÃO: IMPACTOS NAS COMUNIDADES E NAS MULHERES

A pesquisa encontrou informações limitadas sobre o impacto da militarização nas comunidades afectadas pela mineração. Embora essa supervisão possa ser atribuída à falta de interesse prévio em documentar sistematicamente esses aspectos das relações empresa-comunidade mineradora, provavelmente também é influenciada pela natureza sensível do problema, principalmente em contextos em que as relações empresa-estado-comunidade são conflituosas.

Esta pesquisa revelou algumas pistas que valem a pena investigar mais. Na maioria das áreas afectadas pela mineração, inevitavelmente surgem tensões entre as empresas e as comunidades. O estado Moçambicano, em vez de agir como um mediador da tensão, costuma ser muito partidário, com representantes do governo a rotular as comunidades e as organizações que desafiam as acções das empresas de mineração como “anti-desenvolvimento”. O governo geralmente aprova acções violentas da polícia, de agentes da segurança privada e, ocasionalmente, de militares para subjugar os membros das comunidades afectadas pela mineração que resistem ou protestam contra os impactos da mineração³⁹.

Restrições à livre circulação, intimidação e espionagem são ocorrências frequentes para as comunidades que vivem nas proximidades das minas, como a comunidade de Cassoca, envolvida pela mina de carvão da Jindal, e a comunidade de Bagamoio, adjacente à mina da Vale. Em Nyamanhumbir (Cabo Delgado), onde opera a Montepuez Ruby Mining, a segurança privada, bem como agentes da polícia e patrulhas militares, protegem os interesses da empresa.

Em meados de 2017, a fuga de um vídeo mostrou vários agentes da polícia Moçambicana a torturar mineiros artesanais dentro de uma mina de rubi⁴⁰. Incidentes como este são em grande parte invisíveis para o público em geral e para as OSC. Vários depoimentos fornecem relatos de polícias e agentes da segurança privada a destruir casas no meio da noite enquanto saqueiam bens⁴¹. Sob o pretexto de manter a lei e a ordem, essas acções são um meio de proteger os direitos das empresas.

39 Entrevista 4, Junho de 2018.

40 DW, 2018. Polícia de Moçambique confirma tortura de garimpeiros. Acedido a 19 de Agosto de 2018 <https://www.dw.com/pt-002/pol%C3%AD-cia-de-moçambique-confirma-tortura-de-garimpeiros/a-39846815>

41 Sekelekani, 2018. Impactos sociais do rubi em Namanhumbir. Acedido a 19 de Agosto de 2018 em https://youtu.be/RE2A-FiK_g

Além disso, durante as visitas de campo realizadas para esta pesquisa, tornou-se óbvio que a segurança privada e as autoridades locais pretendem restringir o contacto das comunidades com “pessoas de fora” e que possam estar em posição de as defender e divulgar violações dos direitos humanos, particularmente no caso das comunidades que vivem nas proximidades das empresas de mineração.

Em relação aos efeitos específicos da militarização nas mulheres, há relatos de que as mulheres que vivem adjacentes aos locais de mineração ou aquelas que trabalham na mina como pessoal de serviço (por exemplo, limpeza) estão sujeitas a procuras corporais invasivas⁴². A existência de tabus à volta da violência de género deixa as mulheres e as meninas sem voz e sem recurso ou apoio dentro das suas famílias, comunidade e sociedade em geral.

Embora limitado em âmbito e amplitude, este relatório fornece alguns pontos de partida para futuras pesquisas sobre os vínculos entre a militarização e a violência contra as mulheres nas comunidades afectadas pela mineração em Moçambique.

⁴² Entrevista 3; entrevista 2.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Este documento destaca as mudanças significativas na economia política e no quadro regulatório Moçambicano desde a expansão das actividades extractivas no início dos anos 2000. A rápida expansão do sector da mineração teve um aumento na dependência da mineração, o que alterou substancialmente o relacionamento entre o estado, as empresas de mineração e as comunidades afectadas pela mineração.

A actual crise da dívida soberana que o país enfrenta é uma consequência grave de um modelo económico orientado para a acumulação e lucro para alguns. Isso incentivou a procura por novas fontes de rendimento e resultou numa profunda desconexão entre o estado e os cidadãos.

Nesse contexto, a militarização é uma estratégia por parte do estado e das empresas de mineração para “lidar” com os conflitos e as contestações das comunidades afectadas pela mineração. Este documento destaca como a vigilância, a intimidação, a restrição à reunião e à livre circulação, bem como a violência sexual são comuns nas áreas extractivas.

Espera-se que este documento sirva de incentivo para o desenvolvimento de novas pesquisas, a fim de proporcionar uma melhor compreensão sobre 1) o que constitui militarização e securitização em relação aos extractivos; 2) o que constitui violência contra as mulheres numa economia extractivista; 3) as interligações entre militarização, securitização e violência contra as mulheres e os seus efeitos; e 4) possibilidades de forjar a resistência colectiva, os cuidados e as alternativas.

Bibliografia

Afrobarometer (2017) AD132: Of the people, for the people? Attitudes toward sharing of resource revenues in Mozambique <http://afrobarometer.org/publications/ad132-attitudes-toward-sharing-of-resource-revenues-in-mozambique>

Africa Confidential, 2018. Mozambique: Secret security debts devastate economy. Accessed 8 November 2018, <https://www.africa-confidential.com/article/id/11658/Secret-security-debts-devastate-economy>

Aslak Orre & Helge Rønning, 2016. Mozambique: A Political Economy Analysis. CMI

Amnesty International, 2018. As Nossas Vidas Não Valem Nada: O Custo Humano da Exploração Mineira Chinesa em Nangonha, Moçambique.

Association of Women in Development (AWID). 2012. Interview with Mavic Cabrera-Balleza, accessed on 17 August 2018 at <https://www.awid.org/news-and-analysis/militarism-violence-and-conflict-how-women-bear-brunt-war>

Bihale, Domingos. 2018. Indústria Extractiva em Moçambique: Perspectivas para o Desenvolvimento do País.

Brand Ulrich (2013) Energy policy and resource extractivism: resistances and alternatives, Background paper in the Reader Compiled by Marlis Gensler, Rosa Luxemburg Stiftung Brussels for the seminar on Energy Policy and Resource Extractivism Resistances and Alternatives held in Tunis, 24–26 March 2013 <https://womin.org.za/images/the-alternatives/fighting-destructive-extractivism/Rosa%20Luxemburg%20Stiftung%20-%20Energy%20Policy%20and%20Resource%20Extractivism.pdf>

Castel-Branco, Carlos Nuno, 2010. “Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique”. Cadernos IESE no 01/2010. Accessed on 17 Agosto 2018, http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf

CIP, 2018. Avaliação dos Riscos de Corrupção no Licenciamento Mineiro em Moçambique.

CIP, 2018 Montepuez Ruby Mining: - Um Negócio Milionário com Fraco Contributo para Moçambique.

Club of Mozambique (2017), Panama Papers: Africa's Elite are Plundering their countries. <https://clubofmozambique.com/news/panama-papers-africas-elite-are-plundering-their-countries/>

Committee to Protect Journalists (2018) Mozambique Journalist Abducted, Assaulted <https://cpj.org/2018/03/mozambique-journalist-abducted-assaulted.php>

Deutsche Welle (DW), 2013. “More coal for all in Mozambique?” Accessed on 17 August 2018, at <https://www.dw.com/en/more-coal-for-all-in-mozambique/a-16430269>

Deutsche Welle (DW), 2018. Polícia de Moçambique confirma tortura de garimpeiros. Accessed on 19 August 2018 <https://www.dw.com/pt-002/pol%C3%ADcia-de-moçambique-confirma-tortura-de-garimpeiros/a-39846815>

EITI, 2018. Mozambican Mining Cadastre. Accessed on 13 August 2018. Available on: <http://portals.flexicadastre.com/mozambique/en/>

Grupo Moçambicano da Dívida, 2016. http://www.divida.org.mz/images/MUTONDO/Relatorio_FIDP.pdf

IESE 2017, Ideias, Boletim No 86e Accessed: 8 November 2018 <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/parte-i-divida-publica.pdf>

Mies, Maria, and Vandana Shiva. Ecofeminism. Zed Books, 1993

Ministério de Género, Criança e Acção Social, 2016. Perfil de Género de Moçambique. Accessed on 19 August 2018 https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/perfil_de_genero_de_mocambique.pdf

Osório, Conceição & Teresa Cruz e Silva, 2017. Corporações Económicas e Expropriação: Raparigas, Mulheres e Comunidades Reassentadas no Distrito de Moatize.

Publico, 2017. Moçambique: terra de todos, terra de alguns. Accessed on 19 August 2018 https://www.publico.pt/2018/08/19/mundo/reportagem/terra-de-todos-terra-de-alguns-1840612?utm_source=notificacoes&utm_medium=web&utm_campaign=1840612

Sekelekani, 2018. Impactos sociais do rubi em Namanhumbir. Accessed on 19 August 2018 on https://youtu.be/RE2A-FiK_g

Tivane, Nelson. Undated. Erros da Repetição da História: os impactos da extracção do carvão sobre o emprego e a produção económica local (1978-2012), um olhar aos principais factores e desafios da indústria extractiva em Moatize. Accessed on 17 Agosto 2018, <https://goo.gl/du6MA9>

Âurea Mouzinho

Coordenação da Pesquisa: Justiça Ambiental (JA) e WoMin

Edição de conteúdo e autora secundária: Shamim Meer

Quando as famílias
são reassentadas
ou quando perdem
as suas terras
para as minas,
as mulheres e as
meninas geralmente
têm que caminhar
longas distâncias
para fornecer
comida, colectar
água e madeira.



